

Opea Securitizadora S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras nº 2438D-064-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022	16

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

À Administradora e aos Investidores da
Opea Securitizadora S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Opea Securitizadora S.A., (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira, da Opea Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Avaliação da recuperabilidade do ativo

Conforme nota explicativa nº9, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía registrado em seu intangível Goodwill no montante de R\$ 31.042 mil decorrente a combinação de negócios realizado no exercício de 2022. O Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível orienta como contabilizar ativos intangíveis identificados adquiridos em uma combinação de negócios, o adquirente deve mensurar o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) pelo valor reconhecido na data da aquisição menos a perda acumulada por redução ao valor recuperável, neste sentido, a entidade deve passar a testar o ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill) em relação ao seu valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Até a data de emissão deste relatório, não nos foram fornecidas evidências de. e auditoria apropriadas e suficientes, bem como não nos foi possível avaliar por outros meios persuasivos de auditoria os eventuais ajustes, se houver, nas demonstrações financeiras da companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no

Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incorporação

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, referente ao contexto operacional, a qual menciona que em 31 de dezembro de 2022, houve a incorporação reversa da Opea Capital na sua totalidade e sendo a antiga controladora, as ações que eram de direito da Opea Capital foram redistribuídas para seus acionistas na mesma proporção de participação societária que a incorporada. Nosso relatório não contém ressalva em relação a este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Receita operacional

(Conforme Nota Explicativa nº 15)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 e 1, nomeada como “Contexto Operacional” a principal atividade da Companhia a aquisição de créditos imobiliários, títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e em direitos do agronegócio bem como a gestão e administração dos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio respectivamente. Consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria foram, entre outros: **(i)** realizamos a análise das movimentações dos saldos; **(ii)** indagamos a administração referente a prática contábil para apropriação da receita; **(iii)** confeccionamos um memorando com o entendimento realizado; **(iv)** realizamos uma seleção com base em amostragem quantitativa; **(v)** validamos as informações com as notas emitidas pelo cliente, cobrindo os riscos necessários de forma evidente; **(vi)** inspeção da liquidação financeira das notas emitidas; e **(vii)** teste de aderência entre as informações registradas e as informações contábeis registradas e divulgadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e nas evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para reconhecimento e mensuração das receitas operacionais são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras da Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para /planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

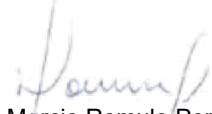
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Marcio Romulo Pereira
Contador CRC 1RJ-076.774/O-7

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 28 de março de 2023
OPEA SECURITIZADORA S/A

2023

A Opea Securitizadora S/A (“Sociedade”) realizou 89 emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”), 30 emissões de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”) e 5 emissões de debentures em 2023, e auferiu um resultado bruto de R\$ 22.532 mil até 31 de dezembro de 2023.

A Administração da Companhia é otimista com potencial de crescimento do mercado de crédito estruturado e securitização, dado o perfil de longo prazo dos nossos produtos, que continuam consistentemente demandados pelos investidores locais, incluindo institucionais e pessoas físicas.

Em entendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício de 2023, contratou a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações financeiras trimestrais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço à Companhia.

A Administração.

Opea Securitizadora S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.474	16.926
Clientes e outros valores a receber	6	4.161	548
Títulos e valores mobiliários	5	-	55
Impostos a recuperar	7	47.080	17.250
Outros créditos	8	3.979	11.107
Total do ativo circulante		60.694	45.886
Ativo não circulante			
Investimentos		122	109
Títulos e valores mobiliários	5	-	146
Outros créditos	8	291	291
Partes relacionadas	11	1.656	124
Imobilizado e Intangível	9	53.110	51.567
Direito de Uso	10	1.043	749
Total do ativo não circulante		56.222	52.986
Total do ativo		116.916	98.872

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Opea Securitizadora S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Impostos, taxas e contribuições	12	1.014	2.233
Contas a pagar		2.186	2.327
Salários e encargos sociais		6.374	7.256
Outras contas a pagar	13	3.980	11.521
Total do passivo circulante		13.554	23.337
Passivo não circulante			
Contas a pagar	14	785	1.539
Partes Relacionadas	11	13.366	2.610
Total do passivo não circulante		14.151	4.149
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	22.999	22.999
Reserva Legal	15.3	1.605	463
Reservas de lucros	15.3	64.607	47.924
Total do patrimônio líquido		89.211	71.386
Total do passivo e patrimônio líquido		116.916	98.872

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Opea Securitizadora S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	16	22.532	11.024
Custo dos serviços prestados	17	-	(400)
Lucro bruto		22.532	10.624
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(9.258)	(5.743)
Despesas de comercialização	18	(633)	(324)
Despesas com pessoal	18	(18.635)	(14.729)
Despesas tributárias	18	(507)	(118)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(2.638)	3.141
Prejuízo operacional		(9.139)	(7.149)
Equivalência patrimonial			
Resultado de equivalência patrimonial		13	(14)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		(9.126)	(7.163)
Receita Financeira	19	33.936	11.564
Despesa Financeira	19	(1.699)	(940)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		23.111	3.461
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(277)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	(8)
Lucro líquido do exercício		22.834	3.453
Lucro líquido básico por ação – R\$	21	2,718	0,411

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Opea Securitizadora S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	22.834	3.453
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	22.834	3.453

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Opea Securitizadora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1 de janeiro de 2022	12.311	290	1.542	-	14.143
Aumento de capital	5.000	-	-	-	5.000
Incorporação Opea Capital S.A.	5.688	-	43.922	-	49.610
Resultado do exercício	-	-	-	3.453	3.453
Retenção de lucros	-	-	2.460	(2.460)	-
Reserva Legal	-	173	-	(173)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(820)	(820)
					-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	22.999	463	47.924	-	71.386
Saldos em 1 de janeiro de 2023	22.999	463	47.924	-	71.386
Resultado do exercício	-	-	-	22.834	22.834
Reserva Legal	-	1.142	-	(1.142)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(5.423)	(5.423)
Ajuste exercícios anteriores	-	-	-	414	414
Retenção de lucros	-	-	16.398	(16.398)	-
					-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	22.999	1.605	64.322	285	89.211

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Opea Securitizadora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	22.834	3.453
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(453)	(129)
Resultado incorporado Opea Capital S.A.	-	(4.524)
Provisão para contingências cíveis	-	(24)
Imposto de renda e contribuição social	277	8
Ganho de Capital	-	(1)
Perda de Capital		2
Amortização	4.124	1.293
Depreciação	310	151
Atualização monetária de TVM	16	27
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Clientes e outros valores a receber	(3.159)	943
Impostos a recuperar	(29.831)	(4.482)
Partes Relacionadas	(1.532)	(22)
Outros créditos	7.329	(1.897)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Impostos, taxas e contribuições	(1.381)	146
Contas a pagar	(2.525)	4.439
Partes Relacionadas	(229)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(4.220)	(616)
Juros pagos	(343)	(209)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(115)	(115)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(4.678)	(941)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Participações em empresas	-	(1)
AFAC	15	-
Saldo Caixa e equivalentes Incorporado Opea Capital S.A.	-	13.750
Aquisição de Direito de Uso	(294)	-
Aquisição de Intangível	(5.977)	(1.722)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(6.256)	12.027
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	5.000
Leasing Pago	(518)	(457)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(518)	4.543
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(11.452)	15.629
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	16.926	1.297
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.474	16.926
Aumento (redução) líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(11.452)	15.629

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Opea Securitizadora S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receitas			
Receita de serviços	15	24.645	12.227
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		453	129
		<u>25.098</u>	<u>12.356</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	16	(33.731)	(19.387)
		<u>(33.731)</u>	<u>(19.387)</u>
Valor adicionado líquido		(8.633)	(7.031)
Valor adicionado líquido produzido		<u>(8.633)</u>	<u>(7.031)</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial		13	(14)
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida	17	33.936	11.564
		<u>33.949</u>	<u>11.550</u>
Valor adicionado a distribuir		<u>25.316</u>	<u>4.519</u>
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições		783	126
Despesas financeiras		1.699	940
Lucro retido		22.834	3.453
Valor adicionado distribuído		<u>25.316</u>	<u>4.519</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Opea Securitizadora S.A. (“Companhia”) é uma Companhia anônima aberta, tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria no 1.240, 6º andar, conjunto 62. Após o dia 30 de dezembro de 2022, a controladora passou ser a Opea Holding S.A. (anteriormente controlada pela Yawara Brasil S.A.).

A Companhia tem como principal atividade a aquisição de créditos imobiliários, títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e em direitos do agronegócio.

Em 15 de julho de 2020 houve a cisão parcial da Companhia e em 09 de abril de 2021 a Opea Capital S.A. (antiga Yawara Brasil S.A.), sociedade do Grupo Jaguar Growth Partners, adquiriu a totalidade das ações de emissão da RB Capital Companhia de Securitização que era de titularidade da RB Capital S.A., e passou chamar-se Opea Securitizadora S.A. a partir de 07 de setembro de 2021, tornando-se a única acionista e controladora da Companhia.

Na data de 31 de dezembro de 2022, houve a incorporação reversa da Opea Capital na sua totalidade e sendo a antiga controladora, as ações que eram de direito da Opea Capital foram redistribuídas para seus acionistas na mesma proporção de participação societária que a incorporada tinha posse sob a Companhia.

1.1 Aquisições e principais eventos societários

Em 18 de março de 2022 a OPEA Capital S.A (antiga Yawara Brasil S.A.), controladora da Companhia, firmou instrumento de compra e venda das seguintes sociedades direta ou indiretamente adquiridas ao montante de R\$ 58.700 mil:

Sociedades adquiridas	%
Nova Atlantis Participações Ltda.	98,6
Planeta Securitizadora S.A.	100
PlanetaSec Assessoria Financeira Ltda.	100
Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	100
Gaia Cred III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	100

A motivação da aquisição é em decorrência do planejamento de crescimento inorgânico com a potencialização da operação obtida por meio da sinergia entre as sociedades no mercado de securitização.

Como parte do processo de reorganização, em 30 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da controladora (Opea Capital S.A), aprovou a reestruturação societária com as seguintes incorporações:

i) Incorporação da Planeta Securitizadora S.A, pela Nova Atlantis Participações Ltda., a valor patrimonial contábil sucedendo a referida companhia em todos os seus direitos e obrigações a partir da data de incorporação. Como consequência desta incorporação a Planeta Securitizadora S.A terá seu registro de companhia aberta na categoria S2 cancelado na CVM. As ações representativas do capital social da companhia foram extintas, sendo que o capital da Nova Atlantis Participações Ltda., permaneceu inalterado, após a incorporação.

ii) Incorporação da Nova Atlantis Participações Ltda. pela Opea Capital S.A. a valor patrimonial contábil no montante de R\$ 8.910 mil referente aos ativos e passivos remanescentes da sociedade na data de avaliação, acrescido do montante de R\$ 7.030 mil referente à variação patrimonial entre a data de avaliação do laudo e a efetivação da operação, totalizam o montante de R\$ 15.940 mil, saldo do patrimônio líquido da Nova Atlantis Participações Ltda. na data de efetivação da operação, sucedendo a referida sociedade em todos os seus direitos e obrigações a partir da data de incorporação.

Como consequência desta incorporação a Nova Atlantis Participações Ltda., foi extinta e as quotas representativas do seu acervo líquido foram aumentados no capital social da Opea Capital S.A., no montante de R\$ 122 mil na data de efetivação da operação, sendo que os acionistas minoritários da Nova Atlantis passaram a integrar o quadro de acionistas da Opea Capital S.A.

iii) Incorporação reversa da Opea Capital S.A. em ato contínuo, a Companhia incorporou de forma reversa a sua então controladora, com efeito de extinção, e passou a deter os seguintes ativos após a incorporação:

Foram emitidas 2.072.752 novas ações ordinárias da Opea Securitizadora S.A., com isso, o total de ações emitidas da Companhia e de titularidade da Opea Capital S.A. da Companhia 10.000.000. Em consequência desta incorporação reversa, as ações foram transferidas para os acionistas da Opea Capital S.A., e em sequência foram transferidas por esses acionistas para a Opea Holding S.A. como integralização do capital social por igual número de ações, sendo assim a Opea Holding S.A. a única acionista da Companhia.

Em dezembro de 2022, houve também a cessão de investimentos pela Opea Securitizadora S.A. para a Opea Holding S.A. das empresas Marú Acquisiton LTDA., Opea Assessoria de Crédito LTDA. e Opea Gestora de Recursos LTDA. através do resgate de 1.598.800 ações da Companhia, sendo assim o total final de ações emitidas da Companhia é de 8.401.200.

O valor econômico (equity value) atribuído aos ativos da Opea Capital S.A. (excluindo o valor da participação detida pela Opea Capital S.A. na Opea Securitizadora) foi de R\$ 63.120, sendo o montante de R\$ 5.688 mil no capital social, R\$ 35.197 mil na reserva especial de amortização de ágio e R\$ 22.305 mil na reserva de capital na data de efetivação da operação.

A seguir, o resumo dos valores envolvidos na incorporação reversa e valor justo dos ativos e passivos detidos pela Opea Capital S.A:

	Saldos em 31/12/2022		Saldos em 31/12/2022
Ativo Circulante	23.563	Passivo Circulante	14.294
Caixa e equivalentes de caixa	13.750	Contas a pagar	11.568
Contas a receber de clientes	270	Impostos, taxas e contribuições	1.932
Impostos a recuperar	9.173	Receita antecipada	565
Outros créditos	370	Outras contas a pagar	229
Ativo não circulante	60.809	Passivo não circulante	2.878
Partes relacionadas	1.652	Partes relacionadas	1.561
Investimentos	11.958	Outras contas a pagar	1.233
Intangível	46.956	Passivo a descoberto	84
Outros créditos	243	Patrimônio Líquido	67.200
		Capital social	132.270
		Reservas de lucros/Prejuízos acumulados	(65.070)
Total Ativo	84.372	Total Passivo e Patrimônio Líquido	84.372

1.2 Aquisição de controladas

Em 18 de março de 2022 a Opea Capital S.A. (empresa incorporada pela Companhia em dezembro de 2022), adquiriu 98,6% do capital da Nova Atlantis Ltda por R\$ 57.800. A Nova Atlantis Ltda. na data da aquisição possuía 100% do capital da PlanetaSec Assessoria Financeira Ltda. e 100% do capital da Planeta Securitizadora S.A.

Valor justo assumido de ativos e passivos na data da aquisição:

Nova Atlantis	
	03/2022
Impostos a recuperar	37
Partes relacionadas	1
Outras contas a receber CP	109
Bloqueios judiciais	2
Investimentos	12.522
Outras contas a receber LP	243
Contas a pagar	(3)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	12.911

	31/12/2022
Ágio da combinação	44.951

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior.

A emissão das demonstrações financeiras foram autorizada pela Administração em 28 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 “Demonstração do

Valor Adicionado”.

2.4 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3 Principais práticas contábeis adotadas

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes ativos e passivos que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos a valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente em operações compromissadas. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

c) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados conforme a seguir:

- (i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto; e
- (ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de resultado.

No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da administração.

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

- A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou
- A instituição transferir o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital outorgados pela Companhia

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com os princípios estabelecidos em política contábil.
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável

(i) Mensuração das perdas esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(iii) Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido e com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares não será recuperado. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

f) Ativos intangíveis

(i) Software

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.

A vida útil do ativo capitalizado foi estimada em 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Direito de Uso - Arrendamento

O direito de uso é reconhecido somente se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação e o contrato tiver duração superior a 12 meses.

O reconhecimento inicial é feito no ativo com contrapartida no passivo de arrendamento (Leasing). O direito de uso é mensurado pelo custo e o valor do passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento descontados utilizando a taxa de juros do contrato. Caso a taxa de juros não possa ser determinada imediatamente é utilizado a taxa de desconto calculada pela metodologia Capital Asset Pricing Model (CAPM) da Companhia. Após o reconhecimento inicial, o direito de uso é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e o passivo de arrendamento sofrerá aumento para refletir os juros e será deduzido o valor das parcelas pagas. No resultado serão reconhecidos os juros sobre o passivo de arrendamento e os pagamentos variáveis não reconhecidos na mensuração do passivo de arrendamento.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado no prazo do contrato de arrendamento.

h) Ativos Imobilizados

(i) Equipamentos de Informática

Os equipamentos de informática são reconhecidos no ativo pelo custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial o ativo imobilizado é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos bens e é reconhecida no resultado. A vida útil do bem foi estimada em 5 anos.

(ii) Benfeitorias em imóveis de terceiros

Os gastos referentes a obras e melhorias realizadas em imóveis de terceiros são reconhecidos no ativo somente se os custos puderem ser mensurados de maneira confiável e os benefícios econômicos futuros for provável. Após o seu reconhecimento inicial, os gastos de obras e melhorias são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado no prazo do contrato de locação do imóvel.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e for provável que terá de liquidar a obrigação e for possível mensurar o valor da obrigação de forma confiável.

Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indiquem a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, criam uma expectativa válida nessas outras partes de que ela cumprirá com essas responsabilidades.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

j) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

Receita de “spread”

O “spread” da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito imobiliário e/ou do agronegócio e o preço de colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e/ou dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro aplicando determinada taxa de desconto que somente é em parte repassada como forma de remuneração dos CRI/CRA, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no “spread” reconhecido à vista. Dessa forma, não é observado “spread” quando as taxas (preços) de compra e venda dos créditos forem as mesmas.

Receita de serviços de administração

A receita com a prestação de serviços de administração do patrimônio fiduciário é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber e reconhecida no momento da efetiva prestação do serviço.

Receita de serviços de estruturação, emissão, distribuição e descontinuidade

A receita de serviços de estruturação, emissão, distribuição e descontinuidade decorre do desenvolvimento de operações de crédito estruturado voltadas aos setores imobiliário e do agronegócio. Os valores e as condições são acordados entre as partes e tais receitas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência, ou seja, à medida que o serviço é prestado.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

l) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

i) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelo Conselho de Administração e de referendado da Assembleia Geral Ordinária.

m) Novas normas contábeis emitidas e com vigência aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023

- **IFRS 17 (CPC 50): Contratos de seguros** - O IFRS 17 é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral da norma é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes.
- **Alterações ao IAS 8 (CPC 23): Definição de estimativas contábeis** - As alterações esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.
- **Alterações ao IAS 1 (CPC 26(R1)) e IFRS Practice statement 2: Divulgação de políticas contábeis** - As alterações fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.
- **Alterações ao IAS 12: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação** - As alterações estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia..

n) Novas normas contábeis emitidas e com vigência aplicável a partir de 1º de janeiro de 2024

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não-circulante;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores;

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

o) Reforma Tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo, será a Simplificação do Sistema Tributário Atual. O texto prevê um teto para manter constante a carga tributária sobre o consumo, tendo como o principal efeito, a unificação de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS), em cobranças que serão divididas entre os níveis: i) federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços e IS: Imposto Seletivo) e; ii) estadual (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). Ainda, foi proposto a criação de fundos para a recomposição das concessões de incentivos fiscais e para o desenvolvimento regional, e a realocação de tributos, como o ITCMD e o IPVA.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos nas demonstrações financeiras da citada reforma tributária.

p) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliadas com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos - Conta Corrente	285	1.057
Aplicações financeiras - Itaú (a)	5.187	14.090
Aplicações financeiras - Bradesco (b)	2	1.779
Total	<u>5.474</u>	<u>16.926</u>

- (a) Referem-se a aplicações em operações compromissadas bancárias remuneradas em média à 75% do CDI, aplicações em CDB remuneradas à 99% do CDI e Fundo Soberano remunerados à 12,35% a.a., e com liquidez imediata;
- (b) Referem-se a aplicações em operações em CDB remuneradas em média à 99% do CDI, e com liquidez imediata.

5 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI - CP (a)	-	55
Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI - LP (a)	<u>-</u>	<u>146</u>
	<u><u>-</u></u>	<u><u>201</u></u>

- (a) No dia 25 de março de 2021, a Companhia adquiriu certificados de recebíveis imobiliários, remunerada pelo IPCA + 7% ao ano, com vencimento em março de 2027.

6 Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber (a)	4.748	1.588
Provisão para perdas esperadas	<u>(587)</u>	<u>(1.040)</u>
	<u><u>4.161</u></u>	<u><u>548</u></u>

- (a) Emissão de NF, referentes serviços prestados da Securitizadora.

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas		
Até 30 dias	-	391
31 a 60 dias	-	27
61 a 90 dias	-	23
91 a 180 dias	-	45
Acima de 180 dias	<u>587</u>	<u>1.040</u>
A vencer	<u><u>4.161</u></u>	<u><u>62</u></u>
	<u><u>4.748</u></u>	<u><u>1.588</u></u>

Movimentação na provisão para perdas esperadas

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	<u><u>(1.040)</u></u>	<u><u>(722)</u></u>
Adições	-	(194)
Saldo de Incorporação Opea Capital	-	(447)
Reversões por recuperação	<u>453</u>	<u>323</u>
Saldo no fim do período	<u><u>(587)</u></u>	<u><u>(1.040)</u></u>

7 Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - IRPJ/CSLL	16.566	4.403
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a)	29.007	11.329
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	1.181	1.255
Outros Impostos	<u>326</u>	<u>263</u>
	<u><u>47.080</u></u>	<u><u>17.250</u></u>

- (a) Refere-se a Imposto de Renda retido em aplicações financeiras oriundas das operações securitizadas.

8 Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		
Despesas a serem reembolsadas (a)	1.897	3.068

Outros (b)	2.082	8.039
	<u>3.979</u>	<u>11.107</u>

Ativo Não Circulante **31/12/2023** **31/12/2022**

Outros (c)	291	291
	<u>291</u>	<u>291</u>

- (a) Referem-se a despesas incorridas pela Companhia para emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que serão reembolsadas pelos emissores dos lastros. Tais despesas concentram-se em pagamentos para agentes fiduciários, custódia, taxas e emolumentos. A administração tem expectativa de recebimento no decorrer de 2023, desta forma classificou esses ativos como “Circulante”.
- (b) A maior parte refere-se à valores de despesas das operações fiduciárias pagas pelo proprietário a serem reembolsados pelo patrimônio separado. Tais ativos não possuem data de vencimento, cuja expectativa de recebimento pela administração é nos próximos 12 meses.
- (c) O valor de R\$ 48 refere -se a depósitos e bloqueios judiciais e o valor de R\$ 243 refere-se ao valor a receber pela transferência de cotas da PlanetaServ Assessoria Financeira LTDA. efetuada em 13/01/2022 pela Nova Atlantis Participações LTDA. (empresa incorporada pela Opea Capital S.A., que por sua vez foi incorporada pela Companhia).

9 Imobilizado e Intangível

(i) Imobilizado

	Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Equipamentos de Informática		986	507
Depreciação de equipamentos de informática	20% a.a	(269)	(102)
Móveis e utensílios		357	72
Depreciação de móveis e utensílios	10% a.a.	(26)	(7)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		958	286
Depreciação de Benf. Imóveis de Terceiros	20% a.a	(163)	(56)
		<u>1.843</u>	<u>700</u>
		31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início dos exercícios		<u>700</u>	<u>436</u>
Adições Equipamentos		479	182
Depreciação Equipamentos		(167)	(90)
Adições Móveis e utensílios		285	72
Depreciação Móveis e utensílios		(19)	(7)
Adições Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		672	161
Depreciação de Benf. Imóveis de Terceiros		(107)	(54)
Saldo no fim dos exercícios		<u>1.843</u>	<u>700</u>

(ii) Intangível

	Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Softwares em desenvolvimento		4.530	275
Softwares prontos		6.034	5.944
Amortização softwares prontos	20% a.a.	(3.502)	(2.308)
Intangível – Carteira de Clientes Opea		11.182	11.182
Amortização Intangível – Carteira de Clientes Opea	1,09% a.m	(4.813)	(3.027)
Contrato de não competição – Opea		3.180	3.180
Amortização Contrato de não competição	5,56% a.m	(3.180)	(3.180)
Intangível – Carteira de Clientes Nova Atlantis		8.483	8.483
Amortização Intangível – Carteira de Clientes Nova Atlantis	0,95% a.m	(1.689)	(724)
Goodwill – Opea		54.204	54.204
Amortização de Goodwill – Opea		(35.775)	(35.775)
Goodwill – Nova Atlantis		44.951	44.951
Amortização de Goodwill – Nova Atlantiss		(32.549)	(32.549)
Goodwill – Opea Gestora		211	211
		51.267	50.867
		31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período		50.867	3.678
Adições Softwares		4.345	1.307
Amortizações Softwares		(1.194)	(1.074)
Adições Carteira de Clientes Opea		-	11.182
Amortizações Carteira de Clientes Opea		(1.786)	(3.027)
Adições Contrato de não competição Opea		-	3.180
Amortizações Contrato de não competição Opea		-	(3.180)
Adições Carteira de Clientes Nova Atlantis		-	8.483
Amortizações Carteira de Clientes Nova Atlantis		(965)	(724)
Adições Goodwill Opea Securitizadora		-	54.204
Amortizações Goodwill Opea Securitizadora		-	(35.775)
Adições Goodwill Nova Atlantis		-	44.951
Amortizações Goodwill Nova Atlantis		-	(32.549)
Adições Goodwill Opea Gestora		-	211
Saldo no fim do período		51.267	50.867

10 Direito de Uso - Arrendamento

	Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Direito de Uso de Imóveis		1.444	956
Amortização de Direito de Uso de Imóveis	20% a.a	(401)	(223)
Direito de Uso de Equipamentos de Informática		55	55
Amortização de Direito de Uso de Equip. de Informática	50% a.a	(55)	(39)
		1.043	749
		31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do período		749	968
Adições Direito de Uso de Imóveis		488	-
Amortização de Direito de Uso de Imóveis		(178)	(191)
Adições Direito de Uso de Equip. de Inform.		-	-
Amortização de Direito de Uso de Equip. de Informática		(16)	(28)
Saldo no fim do período		1.043	749

11 Partes relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo não circulante (a)	1.656	124
	31/12/2023	31/12/2022
Passivo não circulante (b)	13.366	2.610
Resultado	31/12/2023	31/12/2022
Opea Capital S.A. (c)	8	158

- (a) Em 2023, o valor de R\$ 74 refere-se a reembolso a receber da Marú Acquisition, o valor de R\$ 15 refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") da Realty XV, o saldo de R\$ 1.246 refere-se a reembolso a receber da Marú Crédito, o valor de R\$ 27 refere-se a reembolso a receber da Opea Holding, o valor de R\$ 294 refere-se a reembolso a receber da Opea Assessoria e em 2022 o valor de R\$ 74 refere-se a reembolso a receber da Marú Acquisition, o valor de R\$ 5 refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") da Realty XV, o saldo de R\$ 44 refere-se a reembolso a receber da Marú Crédito, o valor de R\$ 1 refere-se a reembolso a receber da Opea Holding.
- (b) Em 2023, o valor de R\$ 11.778 refere-se a reembolso a pagar e dividendos a pagar para a Opea Holding, o valor R\$ 1.561 refere-se a Dividendos a pagar para a Yawara LLC, o valor de R\$ 27 refere-se a reembolso de despesas a pagar da Opea Assessoria e em 2022 o valor refere-se o valor de R\$ 1.561 refere-se a Dividendos a pagar para a Yawara LLC, o valor de R\$ 820 refere-se a Dividendos a pagar para a Opea Holding, o saldo de R\$ 229 referente a reembolso de despesas a pagar da PlanetaServ.
- (c) O valor de R\$ 8 de 2023 e R\$ 158 de 2022 referem-se a gastos com aquisição de software.

12 Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	555
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	1.121
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	41	66
PIS e COFINS	555	210
Outros impostos	418	281
	<u>1.014</u>	<u>2.233</u>

13 Outras contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Aquisição de empresas (a)	3.980	11.521
	<u>3.980</u>	<u>11.521</u>

- (a) Refere-se ao saldo a pagar da aquisição da Nova Atlantis Participações Ltda., Planeta Securitizadora S.A., PlanetaSec Assessoria Financeira S.A., GAIACRED II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. e GAIACRED III Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. efetuada pela Opea Capital S.A. em 18 de março de 2022, que foi incorporada pela Companhia em dezembro de 2022.

14 Contas a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Leasing a pagar	785	305
Outras contas a pagar	-	1.233
Total	785	1.539

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social está dividido em 8.401.200 ações (8.401.200 em 31 de dezembro de 2022), ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 22.999 (R\$ 22.999 em 31 de dezembro de 2022) totalmente integralizado.

15.2 Aumento Capital

Em 2022, houve aumento do capital no valor de R\$ 5.000 integralizado ao longo do ano e em 31 de dezembro de 2022 houve a inclusão de R\$ 5.688 referente a incorporação da Opea Capital S.A..

15.3 Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui R\$ 64.607 de reserva de retenção de lucros. (R\$ 47.924 em 31 de dezembro de 2022) e possui reserva legal de R\$ 1.605 (R\$ 463 em dezembro de 2022).

15.4 Dividendos

Em dezembro de 2023 foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 5.423.

O Estatuto Social da Companhia Prevê a Constituição de Dividendos mínimos de 25% do saldo restante do lucro líquido após a dedução da Reserva Legal.

Demonstrativo do cálculo dos dividendos mínimos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	22.834	3.453
Reserva legal - 5%	(1.142)	(173)
Base de cálculo para dividendos	21.692	3.280
Dividendos mínimos obrigatórios	5.423	820
Dividendos declarados	(5.423)	(820)

16 Receita líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta	24.645	12.227

Taxa de Administração de CRI	675	79
Taxa de Emissão de CRI	6.200	9.866
Taxa de Estruturação de CRI	2.011	8
Taxa de Emissão de CRA	3.347	1.663
Spread	-	17
Taxa de Distribuição de CRA	866	502
Taxa de Descontinuidade	22	92
Taxa de Estruturação de CRA	66	-
Taxa de Administração de Debenture	708	
Taxa de elaboração de AGT	4	
Banco digitador Operações	379	
Taxa de Integralização de CRI	11	
Taxa de Emissão de CR	33	
Taxa de Estruturação de FIDC	4.300	
Taxa de Emissão de FIDC	1.655	
Auditoria dos Créditos	25	
Comissionamento	4.343	
Impostos Incidentes	(2.113)	(1.203)
Receita Líquida	22.532	11.024

A receita da Companhia é oriunda de receita de “spread” com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e do agronegócio (CRA) e da prestação de serviços de administração, emissão, estruturação, distribuição dos patrimônios separados correspondentes das emissões desses certificados.

17 Custos dos serviços PRESTADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Custo com estruturação	-	(400)
Total	-	(400)

18 Despesas e Receitas Operacionais

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento das principais despesas operacionais por natureza está apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(7.258)	(3.956)
Despesas com viagens	(117)	(117)
Despesas com taxas e cartórios	(191)	(229)
Despesas com informática e telecomunicações	(2.096)	(1.515)
Despesas com taxas e contribuições	(507)	(161)
Despesas com folha de pagamento	(18.307)	(14.729)
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	-	129
Reversão (Provisão) Ativa	899	-
Despesas com patrocínios	-	-
Despesas com anúncios e publicações	(557)	(336)
Outras receitas/(despesas) líquidas	(3.537)	3.141
Total	(31.671)	(17.773)

19 Resultado Financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
--	------------	------------

Receitas Financeiras		
Juros ativos	1.573	483
Rendimento de aplicações financeiras	32.363	11.081
Outras receitas	-	-
	33.936	11.564
Despesas Financeiras		
Juros passivos	(1.267)	(209)
Perdas em aplicações financeiras	-	(205)
Outras despesas	(432)	(526)
	(1.699)	(940)
Resultado Financeiro Líquido	32.237	10.624

20 Imposto de renda e contribuição social

20.1 Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do Período Antes dos Efeitos do IRPJ e de CSLL	23.111	3.461
Despesas com constituição de provisões	-	(5.115)
Despesas indedutíveis gerais	8	664
Equivalência Patrimonial	(14)	14
Despesas Temporárias	(22.112)	(19)
Lucro Tributável	994	(995)
Benefício 10% IRPJ	-	-
Benefícios Fiscais	-	-
34% do lucro real	-	-
Benefício Lei Rounet 8.313/91	-	-
IRPJ / CSLL	(277)	(8)
Benefício adicional do IRPJ 10% 240 mil	-	-
Total IRPJ / CSLL	(277)	(8)

21 Lucro/(Prejuízo) por ação

O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	22.834	3.453
Quantidade	8.401	8.401
Lucro líquido básico por ação (centavos por ação)	2,718	0,411

22 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- Caixa e equivalentes de caixa: conforme descritos na nota explicativa nº4; e
- Títulos e valores mobiliários, Contas a receber e Outros créditos: conforme descritos nas notas explicativas no 5, nº 6 e nº 8;

Instrumentos financeiros por categorias

Natureza Ativo	Classificação Hierarquia	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo

Caixa e equivalentes de caixa	VJR	Nível 2	5.474	5.474	16.926	16.926
Títulos e valores mobiliários	VJR	Nível 2	-	-	201	201
Contas a receber	VJR	Nível 2	4.161	4.161	548	548
	Custo					
Outros créditos	Amortizado	Nível 2	4.269	4.269	11.398	11.398
Total			13.904	13.904	29.073	29.073
Passivo		Nível 2				
	Custo					
Outras Contas a pagar	Amortizado	Nível 2	6.951	6.951	15.387	15.387
Total			6.951	6.951	15.387	15.387

22.1 Valor justo e categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia contabilizados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 possuem valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais que visam obter liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento contínuo das taxas acordadas em relação àquelas vigentes no mercado e na confirmação de que seus investimentos financeiros de curto prazo estão sendo adequadamente marcados a mercado pelas instituições que administram os fundos de investimento em que parte dos recursos da Companhia é aplicada.

A Companhia não faz investimentos especulativos com derivativos nem nenhum outro ativo de risco. A determinação dos valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Companhia baseia-se em informações disponíveis no mercado e em metodologias de avaliação adequadas. No entanto, é necessário que a Administração empregue considerável julgamento para interpretar os dados de mercado e estimar os valores de realização mais adequados.

Finalmente, as estimativas a seguir não indicam necessariamente que os valores sejam aqueles realizados no mercado atual.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** - Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível 3** - Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

22.2 Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais.

22.3 Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseados em análises dos fluxos de caixa descontados.

22.4 Gestão de riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado.

O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

22.4.1 Derivativos

No período findo de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

22.4.2 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de contas a receber e despesas reembolsáveis.

22.4.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

Na atual data base a administração não identificou passivos financeiros com risco de liquidez.

22.4.4 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI.

22.5 Análise de sensibilidade

Premissas

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

- 22.5.1 Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados na data base no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;

- 22.5.2** Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;
- 22.5.3** Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

Análise da administração

A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade. Os percentuais de CDI e IPCA utilizados na sensibilidade foram obtidos através do relatório de projeções do Banco Itaú emitido em fevereiro de 2023 e representam a expectativa para os próximos 12 meses.

Premissas			Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Diminuição da taxa do CDI					
Caixa e equivalentes de caixa			8,89%	6,67%	4,44%
Diminuição da taxa do IPCA			3,57%	2,68%	1,78%
Títulos e valores mobiliários					
Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
			33	25	243
Taxa de juros - CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa			
Taxa de juros - IPCA	Diminuição da taxa do IPCA	Títulos e valores mobiliários	-	-	-

23 Ações Judiciais

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Em 2023, há contingências possíveis que somam o montante de R\$ 10 e não existem contingências classificadas como provável.

24 Eventos Subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação no âmbito do CPC 24 – Evento Subsequente.

* * *

Sara da Rocha Mascarenhas Scarpim
CRC 1SP314947